

DIÁRIOS REVISADOS – SUJEITOS RETOCADOS

Sergio Barcellos

Este texto percorre alguns casos específicos nos quais a preparação do diário para publicação se configura como prática problemática. As evidências de cortes, correções e omissões podem ser analisadas a partir de algumas características formais da escrita diarística fornecidas por Philippe Lejeune. Tais manipulações arriscam alterar a feição do “eu” dessa escrita íntima. Além de ameaçar extirpar dessa escrita aquilo que nela se apresenta como característica formal.

The editing of diaries for publishing purposes entails on a problematic practice. The evidences of cuts, corrections and omissions can be analyzed through formal characteristics of diary writing provided by Philippe Lejeune. Such manipulations threat to alter the aspect of the self represented by the private writing. Moreover, the formal characteristics of diary writing are also jeopardized.

Eu considero quase sempre um erro publicar trechos de diários ou cartas, particularmente se omissões têm que ser feitas a fim de proteger os sentimentos ou a reputação dos vivos. Quase sempre, as omissões distorcem ou escondem o verdadeiro caráter do diarista ou do escritor de cartas, produzindo espiritualmente o que uma pintura acadêmica produz materialmente, alisando as rugosidades, as imperfeições, os franzimentos e as asperezas. No melhor dos resultados, os diários fornecem um retrato distorcido e parcial do escritor, porque, como Virginia Woolf mesmo adverte em algum lugar do seu diário, o diarista acostuma-se a registrar em um diário um tipo particular de humor – irritação, indigência, por exemplo – e não registrar nada, caso se encontre em uma condição emocional oposta. O retrato se funda, conseqüentemente, em um desequilíbrio, e, caso alguém subtraia deliberadamente uma característica, ele pode se transformar em uma caricatura. (Woolf, L., 1953, vii-viii).

A preservação de diários íntimos – seja visando transformá-los em fonte de pesquisa ou mero objeto de culto da memória – tem se tornado uma prática bem freqüente ultimamente. Com o advento da Nova História, cartas, diários e outros tipos de escritas da intimidade passaram a ser reconsiderados como fontes documentais devido ao seu valor testemunhal. Filhos, parentes distantes, amigos próximos ou pesquisadores se ocupam da tarefa de recuperar do esquecimento (ou das traças!) documentos e escritas pessoais para, em seguida, desempenhar uma operação que muito se assemelha ao dos embalsamadores. Embora mórbida, a analogia não está longe de ser

significativa. Ao preservar um diário íntimo, através de uma certa preparação, o embalsamador dos documentos pessoais tem como objetivo evitar sua deterioração, de certa forma impedindo que odores indesejáveis e processos inevitáveis de putrefação desfigurem, até o desaparecimento total, a feição original do texto (tanto de sua forma quanto de seu conteúdo). Porém, a consequência desse zelo em preservar traz consigo também o risco de, em evitando-se a desfiguração, operar-se uma transfiguração.

Diários íntimos publicados são, em sua grande maioria, os textos embalsamados a que o parágrafo introdutório se referiu. São eles os que precisam ter arestas aparadas, nomes próprios substituídos ou transformados em obscuras iniciais, erros de grafia ou estilo minimizados, cicatrizes de cortes intencionalmente tornadas invisíveis para os leitores do produto final – cortes que podem ser injustos para uns ou tranquilizadores para outros, leitores ou personagens da trama real contida no texto do diário. Ao lado dos diários íntimos publicados, outros que se submetem ou que estão sujeitos a essa cirurgia plástica do além ou a uma interdição temporária são aqueles destinados a instituições de preservação de arquivos de escritores, de figuras históricas ou, até mesmo, de pessoas comuns, cuja escrita significa fonte valiosa de pesquisa histórica, sociológica, antropológica ou literária.

O processo de preparação de manuscritos de diários íntimos, por outro que não o diarista mesmo, com o objetivo de preservação ou publicação, engendra um questionamento que ultrapassa questões éticas ou estéticas relativas aos cortes ou quanto à validade das escolhas e dos descartes. O que emerge desse processo parece ser uma imprecisão em relação à autoria do texto em questão. O diário publicado pode ser completamente atribuído, em termos autorais, ao diarista, somente? Não deveriam editores ou responsáveis pela preparação dos manuscritos figurarem com co-autores do produto final? Em que medida cabe, quando se trata de diários íntimos, discutir autoria? Para diários que serão preparados para serem oferecidos como parte de um banco de dados de alguma instituição de pesquisa, essa preparação obedece a algum critério claro, através do qual seja possível distinguir eventuais alterações, adulterações, minimizações, etc, sejam elas propositais ou involuntárias? Por fim, em que terreno se funda a credibilidade de pesquisas científicas realizadas a partir de textos embalsamados? Algumas dessas perguntas implicam uma reflexão bastante ampla, além de algum tempo e esforço extra na tarefa de respondê-las. Pode-se, porém, ensaiar

respostas para algumas outras, tendo-se como exemplo o percurso histórico de alguns diários publicados – das circunstâncias de sua produção, passando pelo contexto de sua preparação e, enfim, analisando-se a recepção de sua publicação.

O presente texto percorre alguns casos específicos nos quais a preparação do diário para publicação se configura como prática problemática. As evidências de cortes, correções e omissões durante o processo de preparação dos originais para publicação ou para arquivamento podem ser analisadas a partir de algumas características formais da escrita diarística fornecidas por Philippe Lejeune. Tais manipulações arriscam alterar a feição do “eu” dessa escrita íntima, pondo em xeque uma noção de autoria do texto, caso haja possibilidade de se pensar em autoria quando se trata de uma escrita diarística. Além disso, as mudanças operadas no texto para publicação ameaçam extirpar da escrita diarística aquilo que nela se apresenta como característica formal, qual seja, sua natureza não-narrativa, seu caráter alusivo, seu ritmo repetitivo, sua aparência descontínua e lacunar.

Escrever um diário não requer uma receita complicada, com ingredientes raros e operações complexas. De posse de uma folha de papel, ou de uma tela de computador, “coloca-se a data, escreve-se o que fez, o que sente, o que pensa”. É Philippe Lejeune quem assim resume os passos iniciais e essenciais para a manutenção de um diário. Essa escrita não tem nenhuma imposição formal nem conteúdo obrigatório. Embora tido como uma forma narrativa sem características formais precisas e rígidas, o diário pode, contudo, ser reconhecido por alguns traços recorrentes. Lejeune aponta alguns deles. Segundo ele, o diário é descontínuo, lacunar, alusivo, redundante (repetitivo) e não narrativo.

A característica alusiva do diário, segundo Lejeune, faz com que a escrita sirva como uma espécie de “sinal mnemônico”, que ativará no diarista, no momento da leitura, a operação referencial pertinente. A um leitor que não detenha informação suficiente para compartilhar e decifrar esse sinal mnemônico, a leitura estará marcada por um hermetismo ou por uma compreensão equivocada daquilo a que o texto efetivamente se refere. A redundância ou repetição seriam um reflexo tanto de uma incapacidade de resumir e de isolar um dado evento ou tema dentro de uma moldura maior quanto um reflexo da vida, de cujo âmbito a escrita diarística traria a essência trágica, reencenando a experiência vivida que precisa ser esquecida ou expurgada. A

escrita diarística é a arena onde se confrontam forças provenientes do desejo de revelação de algo, em tensão com o impulso de ocultar a verdade. Nesse espaço, produz-se uma dicção enviesada ao lado de um silêncio que é valioso por ser eloqüente. O caráter não narrativo, por fim, remete à temporalidade da escrita, que trata do presente imediato (ou quase) – ainda que, em muitos casos, o diarista se preocupe em fornecer um panorama de sua vida anteriormente ao início da manutenção do diário – e ignora o porvir.

Lejeune também destaca o abismo existente entre “o diário tal qual o que é escrito e o diário tal qual lido (por um outro, ou pelo diarista mesmo, posteriormente)” (Lejeune, 2004, p.66). No abismo entre o que foi escrito e o que é lido reside um hábito (ou vício?) de leitura que tenta encontrar na narrativa diarística um eixo teleológico que contraria fundamentalmente a natureza da escrita mesma. Será Lejeune novamente quem fornecerá uma resposta ao problema afirmando que o diário “é escrito na ignorância de seu fim, e o trágico é que ele é sempre lido com o conhecimento de seu fim, que pode, freqüentemente, ser simplesmente a morte” (idem, p.67). O leitor pósteros do diário tem, ainda que pouca, alguma informação sobre o desfecho daquela narrativa: a morte, o engajamento em uma relação afetiva, a superação de uma doença grave ou a desistência pura e simples, sem maiores explicações. Esse pouco conhecimento é, contudo, decisivo para instaurar um ponto de chegada para o eixo temporal que se inicia com a leitura do diário.

O conhecimento do fim trágico do diarista pode, em alguns casos, guiar os passos do editor ou do tutor dos originais em seu trajeto em direção a um público leitor mais amplo. Freqüentemente, sua característica não narrativa é a primeira a ser alterada. Em seguida, em nome de uma clareza textual, redundâncias e repetições são sistematicamente eliminadas. As alusões são também vítimas de um esclarecimento que vem sob a forma de notas de rodapé ou elencadas em textos introdutórios ou suplementares das edições dos diários. As alterações e desfigurações pelas quais passam os diários no percurso entre leitura, revisão-edição e publicação podem parecer obra de um outro, distante emocionalmente ou não do diário. Entretanto, em muitos casos, é o diarista mesmo que inicia o processo de depuração do texto original. As razões podem ser diversas, incluindo o desejo do diarista em preservar seus escritos como documento histórico da família, da comunidade ou de algum grupo identitário específico, até

mesmo como uma forma de aparar as irregularidades e imperfeições de um texto inicialmente sem forma e sem pretensão literária.

Emily Hawley nasceu em 1838, em uma fazenda no estado americano do Michigan. Após casar-se, mudou-se para outra fazenda, agora no estado de Iowa. O casamento mudou sua vida para além do que poderia ter esperado. Do convívio familiar harmonioso com primos e irmãos, experimentou o isolamento e a frustração de um casamento infeliz. Não bastasse isso, era também evitada pelos poucos moradores de sua comunidade por considerarem-na uma pessoa excêntrica e contestadora. Emily Gillespie (seu nome de casada) reclamava os direitos da mulher e defendia algo bem próximo ao amor livre, tão propagado pelo movimento *hippie* um século mais tarde. Em 1888, Emily morre e as 2.500 páginas do seu diário são lidas, copiadas e eventualmente doadas a um arquivo público por sua filha, Sara Huftalen. Cem anos após a morte de Emily, seu diário é publicado e seu valor como um repositório de uma forte voz feminina imediatamente reconhecido pela comunidade acadêmica, por ativistas de direitos civis e por leitores de escritas autobiográficas. Em 1989, data da publicação do diário, a organizadora e pesquisadora responsável pela publicação pensava estar diante de um diário bem próximo daquele idealizado por Emily, consciente de que alterações pequenas haviam sido feitas pela filha Sara e pela própria organizadora, com o objetivo de tornar possível a publicação do diário. As pequenas alterações operadas pela filha, no diário da mãe, teriam os motivos clássicos: ocultar nomes visando preservar o anonimato de pessoas retratadas de maneira comprometedor no diário, e amenizar passagens que pudessem conduzir o leitor à formulação de uma opinião não condizente com o perfil moral da diarista. Em seguida, o texto mesmo sofria retoques que visavam torná-lo mais ágil e de fácil fruição. As subtrações obedeciam principalmente a uma limitação imposta pelo editor, em relação ao número de páginas do diário publicado. Naturalmente, para que trinta anos e duas mil e quinhentas páginas de diário pudessem caber em uma edição de trezentas páginas, muitos cortes eram necessários. No final das contas, como ficaria o retrato da diarista, após tantos retoques e subtrações? Essa transfiguração não acontecia sem que a pesquisadora responsável pela edição estivesse ciente. Ela sabia que a Emily Gillespie tornada pública era uma imagem produzida. O fator tranquilizador era o fato de que a transformação havia sido operada por ela.

Judy Nolte Temple expõe em seu artigo “They shut me up in prose” sua perplexidade diante da descoberta de que o material com o qual trabalhara durante seis anos, o diário íntimo de Emily Hawley Gillespie, era na verdade uma versão duplamente alterada. Na ocasião da publicação de **A Secret to Be Buried' : The Diary and Life of Emily Hawley Gillespie, 1858-1888**, Judy Nolte Temple desconhecia a existência de uma primeiríssima versão do diário, substituída pela versão tida como original que, posteriormente, teria sido copiada pela filha.

A primeira alteração fora efetuada pela própria diarista, vinte anos após iniciar a manutenção do diário, e demonstra uma preocupação em reescrever não somente o diário em si, mas principalmente reescrever e redesenhar uma vida que – na maturidade da diarista – apresenta-se repleta de frustrações e desapontamentos. Comparando o texto original escrito por Emily com o texto posteriormente revisado, personagens ausentes na primeira versão surgem do nada, dando mais profundidade ao que se deseja narrar e aderindo também à narrativa uma força ausente no primeiro momento. À medida que descobria ter havido uma forte preocupação da diarista em não somente refinar sua escrita como também em recriar uma vida passada, a pesquisadora sentiu-se duplamente traída e traidora, uma vez que havia estado falando e escrevendo sobre um diário que era um simulacro de si mesmo.

No artigo mencionado acima, a pesquisadora explora a condição de um diário falso e sua implicação na credibilidade angariada pelas escritas autobiográficas em diversos campos do conhecimento e também enquanto escritas não ficcionais. Sara, filha de Emily, copiou e preservou o diário da mãe e ela também manteve um diário por meio século. Os dois foram doados para o **State Historical Society of Iowa (SHSI)**, e lá estão sendo visitados e estudados como escritas referenciais, comprometidas com uma certa verdade que parece não pertencer ao mundo das escritas ficcionais. Essa verdade que teria sido misturada ao cimento na construção das escritas íntimas da família é o que diferencia, em tese, as duas naturezas da escrita – ainda que, como a própria Judy Temple afirme, os diários de Emily e Sara constituem-se em um memorial fundamentado nas mentiras da família.

A publicação de **A secret to be buried** contribuiu para que o interesse pelos arquivos de Emily Gillespie, no SHSI, aumentasse. Foi em decorrência da publicação do diário de Emily que outra pesquisadora americana, Suzanne Bunkers, interessou-se

em investigar a totalidade do material doado àquela instituição. Ao se deparar com outro material, este inédito, Suzanne iniciou seu próprio trabalho de seleção, revisão e preparação de um diário para publicação, mas desta vez, tratava-se do diário da filha de Emily. Sarah Gillespie Huftalen manteve um diário durante os anos de 1872 e 1952, distribuídos por cerca de 3.500 páginas manuscritas. Não foi difícil para a pesquisadora convencer o mesmo editor dos diários da mãe a publicar os da filha. O que Suzanne Bunkers não esperava era que, das 3.500 páginas, somente 15 a 20% pudesse efetivamente constar na versão impressa. O livro de trezentas e cinquenta páginas, com muito menos textos explicativos e fotos ilustrativas, foi publicado em 1993, com o título de **All Will Yet Be Well: The diary of Sarah Gillespie Huftalen, 1873-1952**. Mais uma vez, a problemática a que Leonard Woolf se refere no texto de epígrafe se realiza: quem é o diarista? Qual texto constrói sua subjetividade?

Embora não explicita intenção em publicar seu diário, Getúlio Vargas intimamente desejava, através do registro diário de seus atos, transmitir à posteridade a imagem de um político preocupado com os destinos do país e dedicado exclusivamente ao bem estar do povo. Sabia estar produzindo um documento, no qual demonstraria suas motivações políticas e seus fundamentos morais e éticos, contrariando a imagem pública de ditador e de centralizador. Getúlio Vargas desenha-se em seu diário também como um homem constantemente ameaçado pelas fragilidades internas de sua psique – além, é claro, das ameaças reais de opositores políticos -, assombrado constantemente por seus medos e temores. Uma fraqueza recorrente em sua produção escrita (cartas, diários e discursos), embora sutilmente embaralhada em meio à história do país, é sua tendência a pagar com a vida o fracasso político (Ver. D’Araújo, 2004, p.295-307). Há, desde muito cedo, uma possibilidade de utilizar a morte como escudo contra a destruição de sua imagem de político sério e comprometido com o bem estar da coletividade e o rumo do país. Seu diário revelará muito mais a face do estadista que estava sempre em tensão entre o extremo do populismo e do autoritarismo, imagem que, por ser fornecida por admiradores ou detratores, não abarcava a complexidade do homem público e muito menos as particularidades do homem privado.

Do processo de publicação do diário de Vargas, a preparação dos manuscritos, a seleção de entradas, os cortes, as correções, enfim, as intervenções sofridas para que estivesse devidamente preparado para ser apresentado ao público leitor merecem uma

atenção pelo cuidado que a equipe de profissionais teve em não macular um documento histórico. Chama a atenção também para a maneira como um diário se transforma em documento histórico através de intervenções e inserções em contextos específicos, movidos por interesses variados. O CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil), da Fundação Getúlio Vargas, esteve encarregado da preparação dos originais para publicação. Essa experiência é descrita em um artigo escrito para a **Revista de Estudos Históricos**, pela pesquisadora Regina L. Moreira. A pesquisadora narra com detalhes todo o processo e descreve as escolhas tomadas ao longo da elaboração da versão final do diário para publicação. Moreira afirma já no início de seu artigo a certeza “do potencial representado por esse tipo de documento enquanto fonte para a (re)construção da história do período” (Moreira, 1996). É curioso notar a ambivalência do valor do diário enquanto fonte: tanto poderia auxiliar na reconstrução de uma versão do período histórico sob o qual é produzido quanto poderia lançar luz em fatos até então desconhecidos, podendo efetivamente construir uma história do período. Mais adiante, ela revela qual é o maior problema do projeto de preparação de diário para publicação: “tornar a publicação fiel ao manuscrito deixado por Vargas. Mas como fazê-lo?” (idem).

Uma primeira preocupação em relação ao tipo de leitor que teria acesso ao produto final do projeto era a de cuidar para que o diário publicado pudesse ser útil e acessível a um público bastante vasto, que incluía não somente pesquisadores, mas também antigos partidários, inimigos e desafetos políticos de ontem e de hoje. O diário do estadista seria, enfim, a revelação da intimidade de um dos personagens mais polêmicos da história do Brasil.

O fantasma da perda de credibilidade do produto final, o diário publicado, esteve presente principalmente devido a uma recorrência sistemática de censuras e emendas, ao longo da história, a diários publicados, interferências feitas “seja pelo próprio diarista, seja por seus descendentes ou editores” (idem). A possibilidade de uma publicação *fac-similar* do diário foi prontamente descartada, uma vez que os diários originais seriam (serão) doados ao CPDOC, onde integrarão o arquivo de Getúlio Vargas. A franquia aos diários originais teria, nesse caso, uma vantagem extra que seria a de permitir que pesquisadores cotejassem o texto original e sua versão preparada para publicação. A

partir do cotejamento dirimir-se-iam dúvidas relativas às interferências e censuras feitas ao longo do processo de preparação dos originais.

O tratamento que a equipe do CPDOC decide dar ao diário de Vargas tem como fator determinante um tipo de articulação da “coerência de sua narrativa com a representação gráfica constante nos manuscritos” (idem). Em outras palavras, tentar-se-ia reproduzir no diário publicado sua aparência gráfica original, no que se refere à forma como o diarista dispôs originalmente, o texto manuscrito nas páginas dos cadernos. Nisso incluindo-se possíveis tentativas de diagramação de elementos diversos, como fotos, documentos e recortes de jornais e revistas. Naquele momento, uma edição fac-similar impressa estava completamente descartada devido ao alto custo do produto final¹. Essa articulação no mínimo ambiciosa tem demonstrado ser pouco eficaz. Primeiro porque o conjunto de traços pertencentes aos diários originais, constituído de variações na caligrafia, tipos de suportes materiais, manchas, colagens, etc, são difíceis de serem reproduzidos e sua leitura na fonte original propicia um tipo de operação interpretativa completamente distante daquela que se atém somente ao texto. A tensão do cotidiano, a ausência de perspectivas, o temor e a tristeza são lidos nos tremores das letras, nas irregularidades das linhas e na necessidade de se complementar a escrita com a colagem de fotos, desenhos, recortes de jornais e revistas, entre outras “citações” que compõem o texto do diário. Isso tudo se perde irremediavelmente em um diário publicado. Não significa, contudo, que esse conjunto de informação ou de sentidos seja essencial para a integridade do conteúdo do texto, se o objetivo é utilizá-lo como um texto esclarecedor da vida e do contexto histórico no qual o diarista estava inserido.

Uma outra preocupação exposta por Moreira foi com a eliminação das “repetições desnecessárias.” Mais uma vez, o critério utilizado é por si só um recorte que leva em conta juízos bastante particulares. A repetição além de ser um artifício retórico, é também largamente utilizada pela arte oratória e serviu de ponto forte em discursos de estadistas e homens públicos em geral. Nem toda repetição está esvaziada de sentido ou esvaziada de função no texto. Além disso, a repetição como elemento formal da escrita diarística, com sua função de re-encenação dos eventos da vida, quando eliminada, pode estar levando consigo a dicção própria do diário e imprimindo no produto final uma dicção de relatório de fatos e de circunstâncias.

Quanto ao texto em si, operou-se o que Moreira chama de “normalização do texto”. Atualizações ortográficas constaram do processo, além de correções gramaticais de erros e equívocos cometidos pelo diarista. No caso de supressão de palavras repetidas, achou-se por bem não sinalizá-las a cada ocorrência, em um duplo esforço de não sobrecarregar a mancha gráfica do texto mas também implicando em um apagamento de interferências realizadas no processo de edição. Tudo em nome de uma boa fruição da leitura. E ainda em nome dela, da leitura, “foram feitas pequenas intervenções no texto, visando-se com isso a neutralizar sua pontuação irregular, evitar as ambigüidades, assegurar a coerência, e assim propiciar um entendimento mais imediato por parte do leitor”, explica Moreira. A explicitação do processo de edição do texto já é bastante eloqüente no que tange à discussão da integridade de escritos íntimos em sua transposição para a esfera de documento histórico (e, nesse caso, mais ainda, em sua promoção a monumento histórico!). Por fim, ao texto original somaram-se notas explicativas cujo objetivo seria o de reduzir as ambigüidades, numa clara demonstração de predominância de um ponto de vista específico; no caso, o ponto de vista de uma equipe de historiadores condicionando um texto de valor ambíguo – literário e documental – em documento-monumento histórico.

O balanço desse processo, feito no artigo de Moreira, não ignora a dificuldade em se trabalhar com esse tipo de documento mas reconhece que a sua utilização tem se tornado cada vez mais freqüente na historiografia. E, segundo ela, na “(re)construção histórica”. A atração pelos diários deve-se a sua natureza íntima e sua não intencionalidade de tornar-se público. Em outras palavras, a natureza confidencial e sigilosa dos escritos íntimos suscita uma aura de veracidade e ausência de censura na expressão de sentimentos e opiniões acerca dos acontecimentos a sua volta. Por isso, atraem pesquisadores de história em busca de outras perspectivas e de revelações inéditas. A conclusão a que Moreira chega em seu artigo é um paradoxo se relacionado com o relato que faz dos preparativos para publicação do diário original de Vargas. Ela enfatiza a importância de ler os diários originais ou de buscar diários publicados no qual tenham “a certeza de estar lendo o que realmente foi escrito pelo diarista, e não um texto reescrito ou ‘montado’, seja pelo autor, sua família ou editores” (idem). Essa advertência poderia ser aplicada ao próprio diário de Vargas, em sua versão, publicada, após termos verificado as intervenções efetuadas no documento original e declaradas por Moreira em seu artigo. Ela, por fim, ressalta como valor inquestionável da utilização

de diários como documento histórico o fato de que são meios de se entrar em contato com o momento histórico no qual estão inseridos. O tempo que representam – por ser o diário regido pela lei de Blanchot², que prevê uma certa obediência ao calendário – demonstra as condições de produção do texto e a contextualização dos personagens da história ou, como define Moreira, do personagem enquanto “agente de enquadramento da memória” (idem).

Notas

¹ Na edição de 31 de Julho de 2005 do jornal *O Globo*, o artigo intitulado “Documentos de Getúlio Vargas agora estão na Internet” informa que documentos diversos, incluindo o diário do ex-presidente, foram digitalizados e encontram-se disponíveis para pesquisa no *site* do CPDOC. Essa nova possibilidade de acesso ao diário original de Vargas abre espaço para novas pesquisas, nas quais um cotejo entre o original e sua versão publicada possa demonstrar a transfiguração pela qual passam documentos íntimos originais quando editados, revisados e recortados para publicação.

² “Le journal intime qui paraît si dégagé des formes, si docile aux mouvements de la vie et capable de toutes le libertés, puisque pensées, rêves, fictions, commentaires de soi-même, événements importants, insignifiants, tout y convient, dans l’ordre et le désordre qu’on veut, est soumis à une clause d’apparence légère, mais redoutable: il doit respecter le calendrier. C’est là le pacte qu’il signe. Le calendrier est son démon, l’inspirateur, le compositeur, le provocateur et le gardien.” BLANCHOT, M., s/d, p. 252.

Sergio Barcellos concluiu o mestrado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2004. Atualmente, cursa doutorado em Letras pela PUC-Rio. Possui 5 livros publicados. Como responsável pela Editora Velocípede editou 29 livros de diversas áreas. Atua na área de Letras, com ênfase em Estratégias Narrativas e Escritas Íntimas.

Barcellos.sergio@gmail.com

Referências

BLANCHOT, Maurice. *Le livre à venir*. Paris: Gallimard, s/d.

D’ARAÚJO, Maria Celina. “Getúlio Vargas: cartas-testamento como testemunho do poder” In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

LEJEUNE, Philippe. *Signes de vie – Le pacte autobiographique 2*. Paris: Seuil, 2005.

MOREIRA, Regina L. “Os diários pessoais e a (re)construção histórica.” In: *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 17, 1996. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/217.pdf>. Acessado em 10 jun. 2005.

TEMPLE, Judy Nolte. “They shut me up in prose: A cautionary tale of two Emilys”.

Disponível

em

<http://muse.jhu.edu.mizuna.cc.columbia.edu:2048/journals/frontiers/v022/22.1temple.html>. Acessado em 10 junho 2005.

VARGAS, Getúlio. Diário. Vol. I e II. São Paulo: Ed. Siciliano; Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1995.

WOOLF, Virginia. *A Writer's Diary*. Ed. Leonard Woolf. New York: Harcourt, Brace, 1953.

Sergio Barcellos concluiu o mestrado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2004. Atualmente, cursa doutorado em Letras pela PUC-Rio. Possui 5 livros publicados. Como responsável pela Editora Velocípede editou 29 livros de diversas áreas. Atua na área de Letras, com ênfase em Estratégias Narrativas e Escritas Íntimas.

Barcellos.sergio@gmail.com